

Educação Especial: primeiras aproximações

Compreender a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva implica em conhecer o modo como as pessoas com deficiência foram tratadas no decorrer da história da humanidade. Nesse sentido, nessa primeira unidade de estudo abordaremos algumas questões históricas da temática no intuito de contextualizar as atuais políticas voltadas ao público alvo da educação inclusiva.

Nessa direção, compreendemos que muitas das questões discriminatórias que percebemos em relação aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais-NEEs, são demonstradas e construídas ao longo da história. Assim, partimos do princípio de que quando os profissionais de ensino que conhecem essa história, passam a contextualizar melhor o educando especial e dessa forma consegue desenvolver seu trabalho voltado as necessidades deste.

Revisitando a história...

A história da humanidade nos mostra que no decurso do desenvolvimento social as pessoas que apresentavam algum elemento considerado anormal se tornavam vítimas de discriminação, preconceito e até de barbáries. Jovens e crianças com necessidades especiais hoje são vistos como pessoas capazes de viver em sociedade e contribuir com o desenvolvimento da humanidade, por meio do seu trabalho e de suas atividades. Mas isso nem sempre foi assim.

Os primeiros registros de que se tem notícia sobre o atendimento voltado às pessoas com deficiência é datado do final do século XVIII. Nas fontes de pesquisa sobre a temática podemos dizer que há poucos registros sobre o tema no período anterior a Idade Média. Antes desse período, quando

se era identificado alguma anormalidade em crianças praticava-se, comumente, o infanticídio¹.

Conforme Correia (1997), a história da educação especial remonta a idade antiga onde eram comuns as práticas de exclusão das crianças que nasciam com alguma deficiência. Por exemplo, em Esparta, antiga Grécia, algumas crianças deficientes eram abandonadas em montanhas bem altas e desertas, a própria sorte, e geralmente morriam de fome ou eram devorados por animais.

Bergamo (2010), ainda se referindo à Esparta, afirma que a organização sociocultural era fundamentada em um ideal de homem forte e atlético, de modo que, as crianças que apresentavam alguma deficiência eram consideradas subumanas, concepção essa que legitimava o seu abandono e eliminação.

Nessa direção, na Roma antiga, as crianças consideradas com algum defeito, eram atiradas nos rios mais fundos, ou de penhascos bem altos. Os egípcios matavam seus deficientes com marretadas na cabeça e os enterravam em urnas nos sarcófagos, acreditando que assim, a alma se purificaria e voltaria perfeita em beleza e inteligência (CORREIA, 1997, p. 56).

Assim, registros comprovam que vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas deficientes, e que suas vidas sempre foram ameaçadas. Misés (1977) demonstra o pensamento daquela época:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas, asfixiamos recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis, ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (MISÉS, 1977, p.14).

Na Europa, durante a Idade Média, os deficientes eram associados aos demônios e aos atos de feitiçaria. Por essa razão eram perseguidos e mortos. Faziam parte da categoria dos excluídos, devendo ser afastados do convívio social ou serem sacrificados.

¹ O infanticídio, assassinio do recém-nascido, foi um ato tolerado até fins do século XVII.

Havia posições ambíguas: “Uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito a expressão do poder sobrenatural, ou seja, o acesso as verdades inatingíveis para a maioria”. (FERREIRA, 1994, p. 67).

Segundo Ferreira (1994), a história do atendimento a pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, no mundo ocidental, começa em meados do século XVI quando a questão da diferença ou a fuga ao padrão considerado normal vai passar da órbita de influência da igreja para se tornar objeto da medicina.

No século XVII e meados do século XIX, inicia-se a chamada fase de institucionalização, onde as pessoas deficientes eram segregados e protegidos em instituições residenciais. Assim, as pessoas com anomalias, consideradas deficientes, passaram a serem internadas em orfanatos, prisões, manicômios e outros tipos de instituição que tinham como objetivo excluir do convívio social essas pessoas. Junto a essas pessoas também ficavam os delinquentes, pedintes e idosos.

No entanto, foi somente no final do século XVIII que a sociedade começa a tomar consciência da necessidade de prestar apoio às pessoas com deficiência. Segundo Sassaki (1997) o primeiro apoio ofertado a essas pessoas tinha caráter essencialmente assistencial, ou seja, oferecia-se abrigo, alimentação e atividades para ocupação do tempo, tudo isso, sob a ideia de que era preciso protegê-las. Logo no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada.

Jean Marc Itard, (1774-1838) no início do século XIX, passa a ser considerado o pai da educação especial, após desenvolver tentativas de educar um menino de 12 anos chamado Vitor, o menino lobo (menino considerado com deficiência mental profunda, criado por lobos na floresta). Esse caso ficou conhecido como o caso do Selvagem de Aveyron.

Itard foi reconhecido como o primeiro estudioso a usar um método sistematizado para ensinar deficientes. Ele acreditava que a inteligência de seu

aluno “retardado” era educável. Até os dias atuais ele é referência para os estudiosos. (JANNUZZI, 1992).

A Educação Especial no contexto brasileiro

Para compreendermos a abordagem da Educação Especial no contexto brasileiro precisamos compreender que a educação de modo amplo é um direito preconizado em mecanismos legais, tais como na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Na Constituição Federal, a educação é mencionada como “direito de todos e dever do Estado” (p. 56), devendo nesse contexto ser valorizado o direito à Educação Especial. Vejamos o artigo 205:

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.89).

Em termos históricos, Jannuzzi (2006) retrata o modo como a educação do deficiente se constituiu no Brasil, destacando a participação da sociedade civil e o estabelecimento inicial da política inclusiva.

Segundo o autor, na época do Brasil Colônia, os deficientes não tinham nenhum tipo de atenção do poder público, viviam à margem da sociedade que somente poucos foi direcionando a atenção para a situação de total desprezo na qual essas pessoas viviam. Nessa direção, a filantropia foi instituída antes que houvesse uma manifestação do poder público da época, vindo a acontecer no final do século XIX com a criação das primeiras instituições governamentais para a educação de pessoas surdas e cegas.

A criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, é entendida como marco histórico da educação especial no Brasil o período final do século XIX (JANNUZZI, 1985, 2004; MAZZOTTA, 2005).

Em 1874, é criado na Bahia, o Hospital Juliano Moreira, dando início a assistência médica aos indivíduos com deficiência intelectual, e em 1887, é

criada no Rio de Janeiro a “Escola México” para o atendimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais (JANNUZZI, 1992; MAZZOTTA, 2005).

Para Jannuzzi (1992), o início da história da educação especial do Brasil apresenta duas vertentes, que foram predominantes para que a educação especial se efetivasse, sendo elas:

Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...]. Vertente psicopedagógica: que não depende do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos [...] (JANNUZZI, 1992, p. 59).

Alguns médicos foram os primeiros a estudar os casos de crianças com prejuízos mais graves e criaram instituições para crianças junto a sanatórios psiquiátricos. Locais onde as crianças recebiam tratamentos específicos, porém ainda institucionalizados.

A autora e pesquisadora Helena Antipoff (1892-1974), estudou psicologia na França, na Universidade de Sorbonne, chegando ao Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Iniciou uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes homogêneas. Classes essas que a autora acreditava ser possível colocar crianças com alguma deficiência junto às crianças normais.

Helena Antipoff em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que mais tarde a partir de 1945, iria se expandir no país. A primeira escola com o nome “Pestalozzi” foi criada em Canoas, Rio Grande do Sul, em 1927. A autora e pesquisadora participou de muitas outras iniciativas entre elas implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, em 1954.

A igualdade de oportunidades passou a significar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo em que a segregação daqueles que não atendiam as exigências escolares, passou a ser justificada pela adequação da educação que lhes seria oferecida. Jannuzzi ao estudar a educação de pessoas com deficiência intelectual no Brasil, até por volta de 1935 concluiu que neste período:

1. Não houve solução escolar para elas.
2. As conceituações sobre deficiência eram contraditórias e imprecisas, e incorporavam as expectativas sociais do momento histórico em curso.
3. A concepção de deficiência intelectual englobou diversas e variadas crianças, com comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e então veiculadas nos padrões escolares.
4. A classificação ficou mais ao nível do discurso, e foi aplicada muito pouco em função da desescolarização geral predominante.
5. A escassa educação das pessoas com deficiência intelectual neste período representava a síntese dos enfoques e procedimentos primeiramente franceses e posteriormente europeus e norte-americanos (JANNUZZI, 1992; 2004, p.67).

No período de 1961, a história da educação especial, passou por um período de ampliação das instituições especializadas. Estas instituições surgiram, portanto, em resposta ao silêncio do poder público e ao descaso social com as pessoas consideradas deficientes, explica Romero que:

[...] as iniciativas privadas configuraram-se nesse período como a própria expressão do atendimento implantado. Embora o modelo institucionalizado possa ser considerado segregacionista, pois mantinha as pessoas com deficiências distantes dos espaços regulares de ensino, é preciso levar em conta que esse modelo, em certa medida, propunha-se a responder às necessidades educacionais específicas dos diferentes tipos de deficiência. Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu em grande medida para que o poder público tenha se isentado desse compromisso no sentido de inviabilizar ou até mesmo dificultar o ingresso e a permanência das pessoas com deficiências na escola regular (ROMERO, 2006, p.21).

Em 1964, instala-se a primeira unidade assistencial da APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff, tendo como objetivo oferecer habilitação profissional a adolescentes deficientes mentais do sexo feminino. A primeira unidade multidisciplinar integrada para prestação de assistência a deficientes mentais e formação de pessoal técnico especializado foi o Centro de Habilitação de Excepcionais inaugurado no dia 22 de Maio de 1971 na APAE de São Paulo (MAZZOTTA, 1996).

Na década de 1950, contava-se em torno de 190 estabelecimentos de ensino especial, sendo sua grande maioria públicos e em escolas. (JANNUZZI, 1992). Em 1954, é criada a primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Rio de Janeiro, sob influência do casal de

norte-americanos Beatrice Bemis e George Bemis, membros da *National Association for Children* e a atual *National Association for Retarded Citizens- NARCH*.

Segundo Mazzota (1980), autor explica que a década de 1980 ficou marcada pelo início da superação da visão assistencialista e das perspectivas de benevolência, através de ações que comemoraram em 1981, o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela Organização das Nações Unidas - ONU, onde defendeu o desdobramento que culminaram na elaboração de dois planos: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (1981) e Plano Nacional da Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1985).

No final da década de setenta, são implantados os primeiros cursos de formação de professores na área de educação especial ao nível do terceiro grau e os primeiros programas de pós-graduação a se dedicarem à área de educação especial (NUNES, *et al*, 1999; BUENO, 2002).

Na atualidade, em relação a formação de docentes, no contexto da educação inclusiva, surgiu a necessidade de complementação nos currículos dos cursos de Formação de Docentes e de outros cursos de profissionais e disciplinas que interajam com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Mendes (2006) aponta que os debates sobre inclusão no Brasil ganharam força na década de 1990 por conta da penetração da cultura americana em nossa sociedade, considerando que os movimentos de reforma no sistema educacional como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994).

A partir desses documentos norteadores, surge com força total, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, como um instrumento legal que estabelece as Diretrizes Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, a determinação legal de que seja prevista nos currículos dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior a formação docente que atenda à diversidade, abordando conhecimentos referentes às diferentes especificidades dos alunos com alguma necessidade educacional especial.

Percebe-se que houve incremento de disciplinas nos currículos de faculdades e Universidades, em especial de Pedagogia, como LIBRAS; Fundamentos da Educação Especial Inclusiva, onde são abordados temas históricos e contextos dos mais variados, entre eles, tipos de deficiências, leis e direitos que permeiam o aluno especial, mas é necessário rever as cargas horárias que por vezes são insuficientes para dar conta dos assuntos tratados, impossibilitando melhor aprofundamento teórico.

No dia 9 de janeiro de 2001 foi instituída a Lei nº 10.172, que trata da Educação Especial no Plano Nacional de Educação. Esse documento estabeleceu como meta principal,

[...] a formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como instituições específicas e outras. Instituições específicas (BRASIL, 2001, p. 80).

Em relação ao local onde o atendimento educacional especializado deve ser realizado é especificado no Artigo 5º que:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais, da própria escola ou em outra escola de ensino regular de turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios (BRASIL, 2009, p.1).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. /LDB/204024-61.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de Outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990).**

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

CASAGRANDE, R. de C., **Análise epistemológica das teses e dissertações sobre atendimento educacional especializado: 2000 a 2009.** 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

CORREIA, L.M. (1997). **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares,** Porto, Porto Editora.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Educação especial: tendências atuais.** Brasília: Associação de Comunicação Educativa; Roquete Pinto, 1999.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência.** Piracicaba: Unimep, 1994

JANNUZZI, G. S. M. **Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões.** Revista GIS. Rio de Janeiro, p. 30-36, out. 2004.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed. Campinas: Autores

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M T E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, M. J. S.. **Políticas de educação especial no Brasil: da assistência aos deficientes à educação escolar.** 1996.

_____. **“História da Educação Especial no Brasil” em: Temas em Educação Especial.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1990. vol. 1, pp. 106-107.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 2006.